

REALIDADE: A COMUNIDADE ESCOLAR COMO UM CURRÍCULO POSSÍVEL NA EDUCAÇÃO

Igor de Jesus S da Silva¹

Sara Ellen Brandão Ribeiro²

Joyce Pereira da Silva³

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a escola como espaço vivo, relacional e construído pelos sujeitos que a habitam. Compreender a escola como uma identidade dinâmica é reconhecer que a aprendizagem se dá também nas interações, nas festas, nas conversas e nos eventos que atravessam o cotidiano escolar. Nesse sentido, a educação não se limita ao ensino do código escrito, mas envolve práticas sociais e culturais que integram os saberes da comunidade ao processo educativo. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com abordagem qualitativa baseada em observações e registros de práticas pedagógicas. O objetivo foi compreender como pertencimentos, histórias de vida e experiências das crianças podem ser mobilizados como elementos curriculares. Os resultados indicam que, ao incluir no processo de alfabetização narrativas familiares, acontecimentos comunitários e vivências cotidianas, a escola amplia suas possibilidades pedagógicas, tornando a leitura e a escrita mais significativas e conectadas à realidade dos estudantes. Entretanto, a participação da comunidade deve ocorrer de maneira democrática e plural, não subordinada a interesses ou propostas políticas de um único grupo, em consonância com os princípios de diversidade e inclusão previstos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Assim, o currículo se revela não como uma lista fixa de conteúdos, mas como uma construção coletiva que valoriza a diversidade cultural e a integração social.

Palavras-chave: Escola, Alfabetização, Currículo, Comunidade escolar, Saberes locais.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília - DF, igordjesus.98@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília - DF, saraebrandao@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília- DF, pereira-joyce.jp@aluno.unb.br;



INTRODUÇÃO

As relações sociais são parte intrínseca da sociedade, integrando a própria forma de ser social. Elas se desenvolvem especialmente em um Estado democrático, onde a pluralidade cultural, a diversidade de povos, etnias, culturas e religiões interagem constantemente. Muitas vezes, essas relações se tornam mais significativas a partir do primeiro contato que temos com a escola, que se configura como um espaço de pluralidade e convivência.

No Brasil, a educação é assegurada pela Constituição Federal, sendo um direito de todos. Cabe ao Estado oferecer educação de qualidade, criando espaços escolares capazes de promover o desenvolvimento humano, a integração social e a preparação para o trabalho. A responsabilidade de garantir esse direito é compartilhada entre União, estados e municípios, assegurando que a educação seja um direito social efetivo.

Quando pensamos em uma educação emancipadora e crítica, é necessário compreender que a formação do indivíduo se constrói socialmente. Como afirma Paulo Freire (1996, p. 45) “A educação não é um componente isolado; ela faz parte da construção do ser humano em sua formação em sociedade” Freire, 1996, p. 45.

A comunidade escolar, nesse contexto, desempenha um papel fundamental: ela dialoga diretamente ou indiretamente com a população, influenciando a participação no currículo escolar e contribuindo para a vida da escola como um todo. Estudos e debates no campo da educação indicam que esse engajamento comunitário pode gerar mudanças comportamentais significativas, promovendo uma formação mais integrada e socialmente consciente.

Dentro da legalidade da Constituição, considerando a escola como um espaço democrático e plural, a lei obriga que ela seja plural e inclusiva, garantindo que todos os grupos tenham suas temáticas e culturas respeitadas. É essencial que a escola aborde todas as culturas, etnias, religiões e perspectivas presentes na comunidade escolar, promovendo o diálogo, a inclusão e a pluralidade de ideias, conforme determinam a Constituição Federal (arts. 206 e 208) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96 (arts. 3º, 12 e 14).





A participação da comunidade no âmbito escolar deve ser construída de forma dialogada, respeitando a legalidade e a pluralidade da escola. É fundamental compreender que a integração da comunidade no currículo escolar não deve servir para impor apenas as ideias de determinados grupos, nem para implementar práticas que promovam a segregação ou excluam temáticas centrais da escola. Pelo contrário, a incorporação da comunidade deve fortalecer a diversidade cultural e a identidade da escola, promovendo a inclusão de diferentes perspectivas e garantindo que o espaço escolar continue sendo democrático, plural e representativo de todos os grupos que nele participam.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida utilizando a abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender os significados atribuídos às práticas escolares e às interações entre comunidade, estudantes e professores. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa preocupa-se em interpretar fenômenos sociais em seus contextos naturais, priorizando a compreensão dos sujeitos e suas experiências.

Optou-se por uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, com inspiração nos pressupostos da pesquisa etnográfica em educação. Esse tipo de investigação permite analisar o cotidiano escolar, valorizando a vivência, a cultura e os saberes locais que compõem o espaço da escola.

A coleta de dados ocorreu por meio da observação participante, acompanhada de registros em diário de campo, onde foram descritas situações cotidianas, como aulas, festas, reuniões e projetos escolares. Também foram analisados documentos institucionais, como planejamentos pedagógicos e registros de eventos, e realizadas conversas informais e entrevistas semiestruturadas com professores e gestores, de modo a captar suas percepções sobre o currículo e a participação comunitária no processo educativo.

Para alcançar o objetivo de pesquisa previsto, o estudo utilizou a abordagem qualitativa, que possibilita a compreensão integral do:





[...] universo simbólico e particular das experiências, comportamentos, emoções e sentimentos vividos, ou ainda, compreender sobre o funcionamento organizacional, os movimentos sociais, os fenômenos culturais e as interações entre as pessoas, seus grupos sociais e as instituições (Medeiros, 2012, p.1).

Vale ressaltar que a pesquisa respeitou os princípios éticos, garantindo o sigilo das informações, a preservação da identidade dos participantes e o anonimato da instituição.

REFERENCIAL TEÓRICO

A concepção de escola transcende a noção de um mero espaço físico, configurando-se como uma construção social profundamente vinculada e influenciada pelos sujeitos que dela participam, sejam educadores, estudantes, famílias e demais profissionais da instituição. Nesse sentido, a elaboração do currículo implica necessariamente o conhecimento da comunidade em que a escola está inserida, de modo a refletir suas especificidades, valores e necessidades.

A escola deve assumir um papel articulador no processo educacional, reconhecendo e valorizando a diversidade de atores sociais, saberes e culturas que compõem a comunidade educativa (Ribeiro, 2020). Com base em uma revisão bibliográfica, destaca-se que a educação deve fundamentar-se em projetos que respeitem e integrem os diferentes saberes sociais, tanto científicos quanto culturais, promovendo o diálogo entre múltiplas formas de conhecimento e experiências.

De acordo com o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394/96), lei que estabelece as diretrizes gerais que orientam a educação brasileira, os currículos da Educação Básica devem contemplar uma base nacional comum e uma parte diversificada, capaz de atender às especificidades regionais e locais. A base comum é definida em âmbito nacional, enquanto a parte diversificada é de responsabilidade dos sistemas de ensino locais, possibilitando a adaptação do currículo às necessidades, características e contextos socioculturais de cada região.





A compreensão do currículo como uma produção cultural redefine a concepção de escola ao deslocar o foco de uma instituição meramente transmissora de conhecimentos previamente estabelecidos para um espaço no qual a cultura é continuamente produzida,





negociada e reinterpretada por seus diversos atores (Macedo, 2006). Essa perspectiva reconhece a escola como um “mundo social” no qual as relações culturais são construídas e ressignificadas por meio das práticas educativas, possibilitando a compreensão do conhecimento como resultado de ações e interações sociais, em vez de uma verdade fixa a ser transmitida de maneira linear.

Segundo Ribeiro (2020), o contexto da globalização e da diversidade cultural ampliou a compreensão de que a escola, inserida em um tecido social mais amplo, não pode atuar de forma isolada. Torna-se, portanto, imprescindível o envolvimento da comunidade e a promoção do diálogo intercultural como instrumentos para o desenvolvimento de identidades plurais e da autonomia dos estudantes.

Ao se conceber a escola sob essa perspectiva, ela passa a ser compreendida como um espaço de resistência, criação e transformação cultural, no qual as relações de poder e as dinâmicas sociais podem ser discutidas e problematizadas de forma mais aberta. Dessa maneira, favorece-se uma compreensão mais democrática e menos hierarquizada da instituição escolar, sensível à diversidade de culturas e identidades que compõem seu cotidiano (Macedo, 2006). Tal abordagem estimula a participação coletiva na produção do conhecimento e na construção de significados, distanciando-se de uma concepção estritamente prescritiva e burocrática de currículo.

Para que os membros da comunidade escolar se constituam como agentes ativos na produção contínua do currículo, é fundamental que esse processo transcenda a mera criação de um espaço voltado a possibilidades de aprimoramento e desenvolvimento. Considerando a impossibilidade de neutralidade no campo educacional, a problematização das questões presentes no currículo torna-se elemento essencial para o fortalecimento e a consolidação da própria comunidade escolar (Carvalho, 2012).

Por fim, a transmissão de conhecimentos totalmente descontextualizados tende a enfraquecer as relações entre o saber escolar e o mundo social, mesmo diante de legislações que determinam a inclusão de conteúdos culturais específicos. As normativas, contudo, impulsionam processos de reformulação curricular que buscam promover uma educação mais





conectada à realidade social dos estudantes, valorizando suas identidades, experiências e contextos de vida, e contribuindo, assim, para uma formação integral e socialmente significativa (Freitas; Pinto; Pimenta, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação observada entre a escola e a comunidade manifesta-se de forma significativa em grandes momentos pedagógicos, como festas familiares, festas juninas e outros eventos característicos da escola e da região. Esses momentos promovem a troca de vivências entre diferentes grupos, reforçando a diversidade de ciclos sociais presentes no espaço escolar. A interação dos estudantes com colegas de diferentes grupos étnicos, religiosos e linguísticos é bastante evidenciada nesses contextos.

A construção de um currículo escolar sob a perspectiva da produção cultural na escola observada apresenta-se como um desafio de elevada complexidade, especialmente em virtude da heterogeneidade sociocultural que caracteriza o corpo discente. Por acolher estudantes provenientes de distintas Regiões Administrativas (RA's) do Distrito Federal e imigrantes, a instituição escolar configura-se como um espaço de intersecção de múltiplas realidades, valores e práticas culturais. Essa diversidade, embora constitua um potencial enriquecedor para o processo educativo, exige um planejamento curricular que considere as especificidades de cada contexto sociocultural, evitando a reprodução de modelos homogêneos e excludentes e promovendo o reconhecimento da pluralidade de saberes.

A escola, localizada em uma região administrativa extensa do Distrito Federal, recebe um número considerável de estudantes imigrantes, ricos em tradições de suas origens. Essas tradições são mantidas e valorizadas dentro do espaço escolar, fortalecendo a pluralidade cultural e contribuindo para a construção de um ambiente democrático. Esse espaço, que pratica a democracia em sua totalidade, colabora para a autoafirmação das crianças e o reconhecimento de sua identidade no contexto escolar.





A participação dos pais e responsáveis nesse espaço também se mostra fundamental, reforçando a importância da interação comunitária ativa no desenvolvimento integral de um currículo democrático. Observou-se, entretanto, certa resistência de algumas famílias em





apoiar plenamente os estudantes emigrantes, especialmente devido às barreiras linguísticas, o que evidencia a necessidade de estratégias que promovam a inclusão e o respeito à diversidade cultural.

A escola, enquanto espaço formativo e social, constitui-se como um ambiente no qual diferentes saberes se entrelaçam, dando forma a um currículo vivo, dinâmico e contextualizado. Nesse sentido, pensar a comunidade escolar como um currículo possível implica compreender que o processo educativo ultrapassa os limites da sala de aula e se concretiza nas relações estabelecidas entre gestores, professores, alunos, funcionários e famílias. Contudo, observou-se a ausência de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) finalizado e consolidado no início do ano letivo, representando um entrave significativo à efetivação dessa proposta.

O PPP é o documento que norteia as práticas pedagógicas e administrativas da instituição, refletindo sua identidade, seus objetivos e as metas coletivamente construídas. Quando sua elaboração ou conclusão é postergada, a escola perde um importante instrumento de planejamento e de orientação das ações educativas. Tal lacuna gera desarticulação entre os setores, fragiliza a coerência curricular e compromete a intencionalidade pedagógica, que deveria estar presente desde os primeiros dias do calendário escolar. Sem um PPP ativo e participativo, o currículo tende a se tornar fragmentado, dependente de iniciativas individuais dos docentes, o que limita o potencial coletivo da comunidade escolar como agente de transformação.

Outro aspecto que impacta diretamente essa realidade é a falta de compromisso de parte das famílias em relação às atividades curriculares e à vida escolar dos alunos. A baixa presença em reuniões de pais e a ausência dos alunos em momentos estratégicos, como os sábados letivos destinados à reposição de aulas, revelam uma fragilidade no vínculo entre escola e comunidade. Essa distância dificulta a construção de um ambiente educativo colaborativo, no qual a corresponsabilidade pela aprendizagem seja efetivamente partilhada. Quando os responsáveis não participam ativamente do processo escolar, o acompanhamento pedagógico das crianças se torna deficitário, prejudicando o desenvolvimento integral e a consolidação de valores fundamentais à convivência cidadã.

Diante do exposto, a construção de um currículo que reconheça a comunidade escolar como parte integrante do processo educativo requer a consolidação de práticas





participativas, planejadas e dialógicas. A ausência de um Projeto Político-Pedagógico efetivo e a limitada participação das famílias nas atividades escolares evidenciam desafios estruturais e relacionais que comprometem o pleno desenvolvimento do potencial formativo da instituição. Superar tais obstáculos demanda o fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade, por meio de uma gestão democrática que valorize a diversidade cultural, promova o engajamento coletivo e assegure a corresponsabilidade de todos os sujeitos envolvidos. Somente a partir dessa integração será possível consolidar uma educação significativa, inclusiva e capaz de responder às complexas demandas sociais do contexto contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo reforçar e evidenciar a importância da contribuição da escola na formação integral dos estudantes, em articulação com a participação ativa da comunidade escolar. As análises realizadas demonstram que, quando as tradições, as culturas e os saberes locais são valorizados, a escola se consolida como um espaço de diálogo, pertencimento e transformação social.

Observou-se que a interação entre famílias, professores e estudantes contribui para o fortalecimento de um currículo democrático, capaz de integrar diferentes vozes, identidades e experiências. Essa participação comunitária, no entanto, deve ser construída de forma coletiva e plural, evitando práticas que representem apenas os interesses de determinados grupos.

Assim, a escola se afirma como um espaço de convivência, reconhecimento e produção de saberes, onde o aprendizado ultrapassa o limite dos conteúdos formais e se enraíza nas experiências compartilhadas. Valorizar a diversidade e promover o diálogo entre culturas são caminhos essenciais para a construção de uma educação pública, democrática e socialmente comprometida.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.*

CARVALHO, Janete Magalhães. O currículo como comunidade de afetos/afecções. *Revista Teias*, v. 13, n. 27, p. 13 pgs.-13 pgs., 2012.

FREITAS, Aline Zorzi Schultheis de; PINTO, Alline Penha; PIMENTA, Jussara Santos. A construção do currículo e os desafios da escola na sociedade contemporânea. *Revista Educação Pública*, v. 21, nº 17, 11 de maio de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/17/a-construcao-do-curriculo-e-os-desafios-da-escola-na-sociedade-contemporanea>

MACEDO, Elizabeth. Currículo: política, cultura e poder. *Currículo sem fronteiras*, v. 6, n. 2, p. 98-113, 2006.

RIBEIRO, Diovane de César Resende et al. Interculturalidade e currículo na educação integral: tecendo reflexões entre escola e comunidade. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 7, p. 203-214, 2020.

